

XVIII Congresso Brasileiro de Sociologia
26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

Grupo de Trabalho 01: Teoria Sociológica

Crise, desconstrutivismo e reconstrutivismo:
apontamentos para uma metateoria crítica

André de Oliveira Gerônimo
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP

Araraquara
2017

RESUMO

O latente estado de crise das teorias sociais contemporâneas na atualidade suscita uma problemática que, desencadeada pelos novos desafios de compreensão da realidade histórica do tempo presente, remonta à própria constituição epistêmica e metodológica das Ciências Humanas e, mais particularmente, das Ciências Sociais como formas analíticas de sistematização do conhecimento sob o legado do discurso filosófico da modernidade. Neste âmbito, se as teorias clássicas e as tradições delas derivadas demonstrar-se-iam, por um lado e em diferentes gradações, analiticamente anacrônicas ou fragmentadas, nem por isso deixariam, por outro, de demarcar e referenciar a constituição de novos paradigmas e esforços crítico-reflexivos. Problematizando a reconstrução teórico-social da moderna normatividade ética e moral em contraposição à alegada dispersão desconstrutivista da materialidade histórica, da coercitividade dos processos de socialização e das tendências seculares e racionalizantes da existência social sob a égide das sociedades capitalistas contemporâneas, esta comunicação tem assim por objetivo discutir a persistência metateórica dos conteúdos críticos e emancipatórios da análise social. Objetiva-se, portanto e resumidamente, colocar em questão uma agenda de pesquisas capaz de confrontar a indolente descritividade que têm permeado tanto o fácil e oportuno ecletismo teórico quanto a contínua e descompromissada reprodução do déficit praxiológico das teorias sociais contemporâneas.

1. Crise e estatuto paradigmático nas Ciências Sociais

Por muitas vezes já proclamadas, as crises das Ciências Sociais propiciaram importantes momentos de reflexão crítica no interior de áreas tronco como a Antropologia, a Sociologia e a Ciência Política. Tais momentos, perpassando as inflexões teóricas legadas da própria constituição historiográfica e científica destas áreas, bem como os limites conceituais de suas fronteiras disciplinares no quadro geral das humanidades, franquearam também a consolidação de relevantes debates metateóricos no cerne da pesquisa social, alguns dos quais ainda persistem entre as teorias sociais contemporâneas e figuram, neste texto, como objeto de discussão.

Na esteira das transformações históricas que tomaram lugar entre os séculos XX e XXI estas recorrentes crises renunciaram, mais do que a suspensão de paradigmas ancorados sobre as contribuições de clássicos cânones teóricos, a subversão do papel analítico desempenhado pelas visões de mundo tipicamente modernas na produção de conhecimentos, a exemplo das contidas nas tradições expressas pelas teorias do conflito, racional-utilitaristas, funcional-reprodutivistas, microinteracionistas e suas respectivas ramificações¹. Em decorrência deste quadro, os esforços debruçados sobre a sistemática apreensão da realidade social, outrora protagonistas de uma concepção moderna de mundo – ainda que divergentes na acepção de uma modernidade –, não tardaram a ocupar um plano secundário em favor de abordagens supostamente mais adequadas à então sociedade global em emergência e ao estatuto assumido pelas individualidades nela contidas.

Notáveis por sua sistemática disposição sobre os fenômenos sociais, paradigmas como os da apreensão materialista e dialética da história e da crítica da economia política; da descrição da coercitividade inerente aos processos de socialização pelo funcionalismo teórico; e da análise das tendências seculares e racionalizantes da existência social pela sociologia compreensiva, dentre muitos outros intentos de destaque como os realizados sobre as relações de formação, organização, diferenciação e significação social sob a égide das sociedades capitalistas; as teorias sociais clássicas assim atestaram seu estatuto por terem originalmente consubstanciado, no estudo das sociedades modernas, os referenciais epistêmicos e metodológicos pertinentes à caracterização da modernidade social.

1 Cf. RANDALL, C. *Quatro tradições sociológicas*. Petrópolis: Vozes, 2009.

Se estas iniciativas teóricas teriam sido preteridas pelos mais variados motivos, como alegam hoje diversas vertentes analíticas, nem por isso as contribuições da compreensão dialética da totalidade social, da primazia do objeto no empirismo positivista e do protagonismo do sujeito cognoscente do inatismo racionalista teriam deixado de pautar, em razão de seus aportes teóricos e das sistematizações sobre eles desenvolvidas, o repertório metateórico comum às iniciativas teórico-sociais e às agendas de pesquisa na contemporaneidade.

É esta persistência, mais do que o simples tributo à originalidade do desbravamento de um mundo social e de seu espírito do tempo, que deve ser considerada quando se fala da herança deixada pelas teorias sociais clássicas e sua atualidade. Neste ponto, a fusão entre a história e a sistemática teórica, tal como evidenciada pelas tendências derivadas do empirismo lógico, deve também ser ponderada segundo sua correspondência com os fenômenos do tempo presente, sob o risco de reproduzir o que o neopositivismo classificou como um produto da ingenuidade científica². Sob este aspecto, a correlação estabelecida entre as crises sociais e as crises paradigmáticas ultrapassa o mérito formal da história das ideias e demonstra um profícuo potencial analítico ainda por ser explorado.

Como singularmente definido pela indeterminação da estrutura social moderna no início do século XX, o estado de crise expressa o “fato de que o velho está morrendo e o novo não pode nascer”, apresentando, entre a vácuo deixado pela decadência das tradições e a desorientação causada pela incipiência de um novo tempo histórico, uma lacuna, um “interregno” em que “uma grande variedade de sintomas mórbidos aparecem”³. No contexto da crise de paradigmas das teorias sociais, estes mórbidos sintomas manifestaram-se em três diferentes estágios. Em um primeiro pela hipostasiada constatação do estatuto pós-industrial das economias do centro capitalista, o segundo pela suposta condição pós-moderna das sociedades imersas na revolução técnico-científica da comunicação e da informação e, o terceiro, pelo alegado abandono dos modelos revolucionários de organização social em adesão aos discursos pós-capitalistas; um quadro que demonstrou ser altamente propício à oportuna proliferação de ecletismos voltados à mera justificação ideológica e à reprodução descritiva de suas visões de mundo.

2 Cf. MERTON, R. *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo: Martins Fontes, 1968, p. 17-19.

3 GRAMSCI, A. *Selections from the prison notebooks*. New York: Int. Publishers, 1992, p. 276

Nesta encruzilhada, os modelos paradigmáticos de análise social foram prontamente contrapostos tanto pela sedutora possibilidade de amálgama entre diferentes projetos teóricos e preocupações de pesquisa, que suscitou profundas e inconciliáveis antinomias, quanto pelo saudoso recondicionamento dos clássicos referenciais teóricos científico-sociais, apóricos por seu anacronismo. Este cenário incentivou ainda, dentre os variados caminhos então tomados pela pesquisa social, o surgimento de curiosas experiências guiadas pelas veredas das teorias desconstrutivistas, que culminaram, pela burlesca extrapolação de seus artifícios argumentativos, em polêmicos casos como os expostos pelo estudo das formas de enviesamento das respostas de confirmação entre diferentes periódicos acadêmicos realizado por Epstein⁴, pelo escândalo Sokal⁵, pelo embuste executado contra a revista *Sociétés*⁶ e, mais recentemente, pela caricatura culturalista publicada por Jamie Lindsay e Peter Boyle⁷, experimentos que revelaram, dentre muitos outros notáveis ocorridos⁸, a atual fragilidade da objetividade científica em face da subversão linguística operada pelas teorias ditas pós-modernas.

-
- 4 EPSTEIN, W. Confirmational response bias among social work journals. *Science, Technology & Human Values*. Sage Publications / Online, vol. 15, n. 1, inverno 1990. Disponível em: <<https://www.jstor.org/689902>>. Acesso em 14/05/2017.
- 5 Propondo uma desconstrução pós-moderna da gravidade, o artigo publicado pelo físico Alan Sokal ficou popularmente conhecido entre os meios acadêmicos ao testar o rigor científico de um periódico da área de humanidades. Um resumo sobre o debate, que envolveu grande polêmica sobre a ética científica tanto do corpo editorial da revista quanto do físico, pode ser encontrado em <<http://www.nytimes.com/1996/05/18/nyregion/postmodern-gravity-deconstructed-slyly.html>>.
- 6 Uma vez exposto o caso pelos autores em questão, o artigo foi retirado da revista. Uma avaliação autoral sobre o ocorrido pode ser encontrada em <<http://zinsel.hypotheses.org/1713>> e, a retratação do editor da revista, em <<http://www.cairn.info/revue-societes-2014-4-page-115.htm>>.
- 7 O artigo original, bem como um relato detalhado dos autores sobre o método usado em sua fundamentação argumentativa pode ser encontrado no link <http://www.skeptic.com/reading_room/conceptual-penis-social-construct-sokal-style-hoax-on-gender-studies/>
- 8 Em áreas do conhecimento incautas quanto ao relativismo linguístico pós-moderno, os prejuízos causados pelo reprodutivismo acadêmico à produção de conhecimentos científicos são ainda mais graves, a exemplo de um relato de “uromycitisis” que, utilizando o roteiro de uma *sitcom* como base, foi aprovado em um periódico médico: <<http://www.snopes.com/2017/04/13/science-journal-seinfeld-episode/>>. Neste mesmo sentido, uma série de ferramentas têm sido desenvolvidas para o estudo lógico das falácias pseudocientíficas, tais como o SCIGen <<https://pdos.csail.mit.edu/archive/scigen/>> e o PoMo <<http://www.elsewhere.org/journal/pomo/>>.

Esta esterilidade não foi, no entanto, um produto exclusivo do culto à dispersão do conceito de verdade objetiva na filosofia ocidental. Desde que os horizontes emancipatórios almejados pela superação da sociabilidade capitalista foram bloqueados pela reestruturação produtiva das economias industriais e pela flexibilização dos regimes de acumulação, a crítica da razão instrumental, apesar de ter contribuído com ricos diagnósticos de tempo, pouco sucedeu no prognóstico e na fundamentação de comportamentos criticamente orientados. Contando ainda com promissoras paraxes, como as sintetizadas pela razão comunicativa, pelas teorias da justiça e pelas relações de reconhecimento das diferenças e de redistribuição socioeconômica, dentre outras teorizações de destaque⁹, o exercício da crítica por meio do pensamento dialético foi capaz de contribuir com substanciais análises das patologias das sociedades modernas segundo os ideais normativos da modernidade filosófica. Não puderam sustentar, contudo, projetos de transformação societária para além dos tradicionalmente amparados sobre a simbiótica relação entre os Estados Nacionais e as democracias capitalistas e dos organizados segundo os preceitos éticos e morais de uma concepção tipicamente burguesa de mundo.

Dentro desta delimitação, as opções teórico-sociais parecem estar reduzidas, a grosso modo, a dois campos diametralmente opostos: um representado pelas formas de consciência teórica que, contrapondo-se às mazelas da modernidade social, rejeitam a razão moderna e seu modo de produzir conhecimentos pela oposição e hierarquização de identidades e conceitos, reiterando o estado de indeterminação do atual tempo histórico; e outro pelos esforços que, mobilizando os fragmentos restantes da razão moderna, insistem em modelos de crítica que já não encontram mais respaldo sobre a atual fisionomia organizativa das relações sociais, promulgando o déficit praxiológico já tão característico ao pensamento dialético.

Há, é claro, lúcidas e expressivas gradações entre estes dois polos, referenciadas sobretudo pelas teorizações que têm tomado por objetivo equacionar os sintomas da crise da modernidade teórica e social sem o indolente apelo à pulverização relativista de toda e qualquer objetividade do conhecimento científico.

9 Cf. HONNETH, Axel. *The critique of power: reflective stages in a Critical Social Theory*. Cambridge: MIT Press, 1991. _____. *Pathologies of reason: on the legacy of critical theory*. New York: Columbia University Press, 2009. KEUCHEYAN, Razmig. *The left hemisphere: mapping critical theory today*. New York: Verso, 2013.

Teorias da modernidade tardia, líquida, radicalizada e reflexiva; das sociedades de risco, em rede, em estado de emergência e de exceção, dispostas em uma relação mundo-sistêmica ou tensionadas pela hiperglobalização; acerca das identidades, das desigualdades e das novas formas de conflitos e de organização dos movimentos sociais, para citar apenas algumas das abordagens de destaque neste rol, apresentam todas, apesar de suas divergentes perspectivas analíticas e em detrimento da prestidigitação teórica e semântica do mundo promulgada pelo desconstrutivismo, um eixo comum de articulação sobre a realidade histórica.

Não obstante a hodierna insuficiência interpretativa e explicativa da apreensão das múltiplas e diferentes consequências da modernização social por meio dos tradicionais paradigmas teóricos este eixo buscou refundar, tal como já realizado pela definição de “pontos de apoio intermediário”, da “*principia media*” e das “teorias de alcance médio”¹⁰, as mediações econômicas, políticas e culturais pelas quais os fenômenos sociais e as identidades subjetivas têm síntese na história. Intentou delimitar, pela reconstrução das contribuições deixadas pelas tradições materialistas, idealistas, atomísticas e holísticas aos debates teórico-sociais, os modos de produção e reprodução do mundo social como o fio condutor de suas preocupações analíticas, evitando assim os corriqueiros embaraços da contraposição entre as representações conceituais da sociedade, por vezes elevada a um ente autônomo dotado de vida própria ou reduzida ao produto fatorial da agência social, e dos sujeitos individuais e coletivos, ora sustentáculos do individualismo metodológico ou sublimados pelas estruturas societárias.

É a partir do confronto entre estas visões de mundo concebidas sobre as prescrições normativas da filosofia moderna, entre as transformações históricas que apontam para a necessidade de atualização de seus princípios paradigmáticos diante da atual crise social e entre os prejuízos advindos da já acumulada e crescente capitulação das Ciências Humanas e Sociais ao perverso fascínio desconstrutivista que esta comunicação tem por objetivo contribuir, dentro da ementa proposta pelo Grupo de Trabalho, com apontamentos úteis à reconstrução de conteúdos metateóricos que possam identificar, na modernidade como um projeto inacabado de sociedade, os elementos necessários à superação do vigente estado de apatia crítica no interior das teorias sociais contemporâneas.

10 IANNI, O. A crise dos paradigmas na sociologia. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 32, 1991.

2. Fundamentos teórico-sociais da modernidade e da pós-modernidade

Considerando o quadro de transformações econômicas, políticas, culturais e tecnológicas que levou à crise não só das sociedades feudais no ocidente, mas também da metafísica escolástica como tradição ordenadora dos conhecimentos e legitimadora do antigo regime, a sistematização de uma ciência do social sobre a razão moderna operou uma dupla superação entre os séculos XVII e XX. Este movimento, referenciando a entrada das teorias sociais no itinerário das revoluções históricas e paradigmáticas das ciências¹¹, demonstrou a interface existente entre os então modos de produção das condições necessárias à existência social dos indivíduos sob o ordenamento conjuntural da produção industrial tipicamente capitalista; seus meios de justificação e legitimação ditados pelos princípios da livre concorrência e das economias de mercado; e de manutenção hegemônica pelas nações republicanas e pelos regimes democráticos, configurando assim os grandes eixos temáticos e campos empíricos de mobilização teórica e analítica.

Em uma primeira instância, diferenciando a realidade social da natural, este movimento de superação demonstrou as respectivas singularidades lógicas destes fenômenos, contrapondo o procedimentalismo descritivo das ciências da natureza – orientado pela acumulação de saberes produzidos a partir de observações e experimentações ordenadas segundo relações de causa e efeito – e reconhecendo a necessária mobilização de faculdades explicativas e interpretativas para a produção de conhecimentos sobre a realidade histórica. Numa segunda, delimitando o interesse analítico deste novo campo científico sobre as consequências dos novos meios de produção econômica, de organização política e de representação cultural, descartou as tradicionais preocupações da filosofia especulativa, produzindo assim inéditas agendas de pesquisa sobre a apreensão das intensas transformações históricas, das características societárias e das formas de ação social que logo se apresentaram no encaixe das revoluções burguesas e industriais.

Consolidando tanto uma episteme quanto um paradigma da modernidade, as teorias clássicas sucederam à configuração da vida social como uma questão propriamente científica, preservando ainda em suas orientações metodológicas a imanente carga normativa e valorativa de suas formas de entendimento do mundo.

11 Cf. KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

Sob a licença especulativa, a razão pôde responder livremente aos anseios da subjetividade humana. No entanto, sob os preceitos da lógica científico-social, esta relação entre visões de mundo, explicações de leis causais e a compreensão interpretativa de significados produziu¹², mais do que problemas heurísticos e hermenêuticos pertinentes à filosofia do conhecimento, questões metateóricas que ainda hoje permeiam o debate contemporâneo, tais como as derivadas das fundamentações metodológicas, dos modos de apreensão e dos encaminhamentos analíticos das relações estabelecidas entre natureza e cultura, sujeito e objeto, agência e estrutura, indivíduo e sociedade, e micro e macro perspectivas.

Estas questões demonstram, ainda que a título de exemplo e de forma generalizada, a dificuldade de caracterização da dimensão fundante dos fenômenos tidos como propriamente sociais. Uma dificuldade demarcada tanto pela sensível problemática da objetividade científica quanto pela amplitude da carga subjetiva intrínseca à compleição paradigmática da grande área de Ciências Humanas.

Neste sentido, já a antropologia filosófica delinea, pela sistematização lógica e racional do pensamento moderno, as questões fundamentais a toda e qualquer apreensão científica pretendida sobre o mundo social. Compreendendo a filosofia como “a única ciência a ter no mais próprio sentido uma conexão sistemática e a dar a todas as demais ciências uma unidade sistemática”, a razão moderna tomou como a tarefa de seu tempo oferecer não só uma definição do que seriam os indivíduos, como também respostas a tudo aquilo teriam capacidade de saber, o que deveriam fazer e quais expectativas lhes seriam lícitas, derivando ainda destes objetos de indagação o estudo sobre “as fontes do saber humano, a extensão do uso possível e útil de todo o saber, e, finalmente, os limites da razão”¹³.

Figurando como o sujeito do conhecimento e, em extensão, como a manifestação do pensamento racional sobre a história, o indivíduo comporia, pelo exercício da sensibilidade e do entendimento¹⁴ inerentes a sua existência, o centro constitutivo de uma visão de mundo cosmopolita, de um projeto ético de ordenação lógica e racional das vontades humanas em sociedade comprometido com a manutenção das autonomias individuais e das exigências a sua plena fruição.

12 Cf. FEEST, U. *Historical perspectives on Erklären and Verstehen*. Berlim: Springer, 2010.

13 KANT, I. *Lógica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992, p 42.

14 Cf. KANT, I. *Crítica da razão pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, p. B 166.

Condição e consequência à íntegra realização deste projeto, a preceitualidade categórica, universal e prática dos imperativos morais¹⁵, bem como a contratualidade jurídica e os direitos emanados pela constituição da cidadania no bojo das sociedades civis seriam assim a expressão máxima do mundo social organizado segundo as prescrições normativas da modernidade filosófica.

Parte de um movimento cultural muito mais amplo, a problemática da racionalidade balizou um ponto de entropia na filosofia moderna ao situar a individualidade como o núcleo atômico do conhecimento e da história social¹⁶. Da fundação do método científico entre as influências do racionalismo e do empirismo, passando pelo transcendentalismo e pelo idealismo filosóficos até a sistematização propriamente dita das teorias sociais calcadas sobre as sociedades modernas, o diagnóstico da modernidade acompanhou as transformações de seu ciclo de uma perspectiva primariamente estética e normativa, objetivamente preocupada com a forma ideal e os conteúdos desejáveis de uma historicidade ainda por se realizar.

Sob este aspecto a filosofia social sistematizou, pelo discurso filosófico da modernidade, os anseios por uma nova forma de organização societária fundada em princípios racionais de ordenação. Legou assim às teorias sociais uma concepção de mundo sobre a qual estas puderam desenvolver, em correspondência à realidade empírica de seu contexto histórico e sobre a superação da metafísica filosófica, formas de apreensão, interpretação e explicação dos fenômenos sociais segundo um programa de pesquisa afinada com o senso de sua época.

Reformulando as questões fundamentais da filosofia social em seu escopo analítico, as teorias sociais clássicas puderam perpassar o âmbito especulativo das preocupações voltadas à figura do indivíduo para debruçarem-se, cada qual segundo suas diferentes configurações metateóricas, sobre os processos de socialização, as formas de inter-relacionamento social e as consequências destas relações¹⁷. Buscaram assim compreender, em simultaneidade à sistematização de uma episteme para tal, as particularidades das sociedades modernas a partir das transformações sociais situadas em seu contínuo processo de constituição histórica.

15 Cf. KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. São Paulo: Editora Nacional, 1964.

16 Cf. KANT, I. *Resposta à pergunta: que é o iluminismo?* Lisboa: Edições 70, 2015.

17 Cf. MORRISON, K. *Marx, Durkheim, Weber: formation of modern social thought*. London: Sage, 2006.

Por mais que estas particularidades tenham sofrido intensas e complexas transformações, entrado em decomposição ou tenham sido até mesmo obliteradas, não deixaram de referenciar as bases do desenvolvimento social que hoje lastreiam a realidade empírica sobre a qual as Ciências Sociais se afirmam enquanto campo do conhecimento. É este traço de continuidade, de uma “experiência de tempo e espaço, de si mesmo e de outros, das possibilidades e perigos da vida – que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo, hoje”¹⁸, que afirma a persistência da modernidade como visão de mundo teórico-social pela constância de seus numerosos e diversificados desdobramentos históricos:

O turbilhão da vida moderna tem sido alimentado por muitas fontes: grandes descobertas nas ciências físicas, com a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele, a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo de vida, gera novas formas de poder corporativo e de luta de classes; descomunal explosão demográfica, que penaliza milhões de pessoas arrancadas de seu *habitat* ancestral, empurrando-as pelos caminhos do mundo em direção a novas vidas; rápido e muitas vezes catastrófico crescimento urbano; sistemas de comunicação de massa, dinâmicos em seu desenvolvimento, que embrulham e amarram, no mesmo pacote, os mais variados indivíduos e sociedades; Estados nacionais cada vez mais poderosos, burocraticamente estruturados e geridos, que lutam com obstinação para expandir seu poder; movimentos sociais de massa e de nações, desafiando seus governantes políticos ou econômicos, lutando por obter algum controle sobre suas vidas; enfim, dirigindo e manipulando todas as pessoas e instituições, um mercado capitalista mundial, drasticamente flutuante, em permanente expansão.¹⁹

Esta atualidade foi por muitas vezes confirmada ao longo das análises sociais dos séculos XX e XXI, delineando ainda os grandes eixos temáticos que atravessam as correntes agendas de pesquisa, como os enunciados pela iminência calamitosa do equilíbrio ambiental em nível mundial, que coloca em questão os limites de expansão populacional e produtiva; pelo agravamento das experiências de formação identitária dos indivíduos no âmbito das personalidades individuais, que indica a patologização dos processos de socialização; e pelo comprometimento do desenvolvimento combinado e interdependente das nações, que demonstra a tendencial subordinação da política aos interesses econômicos em nível global.

18 BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007, p. 24.

19 *Ibidem*, p. 25.

Estes apontamentos prenunciaram, já no século XX, tanto um esforço de aproximação das tendências disciplinarmente fragmentadas pela instrumentalização de seus potenciais analíticos no contexto dos paradigmas sistêmicos²⁰ quanto o estabelecimento de um plano investigativo comum às diferentes áreas das Ciências Sociais. Explicitando a homologia entre as crises econômicas e políticas ocasionadas no centro das sociedades capitalistas avançadas e a crise cultural da modernidade, diferentes teorizações acabaram por diagnosticar, no panorama histórico do ocidente, as causas de uma mesma crise civilizacional:

A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia.²¹

Recuperando o lacunar interregno das crises, é notável que a “fluidez” e o “poder de liquefação”²² da modernidade, responsável também pela dinamização da monolítica força da tradição nas sociedades do antigo regime, venha a causar estranheza no desenvolvimento histórico e social das sociedades capitalistas. Buscando a qualificação desta incredulidade diante do esgotamento da história moderna, a pós-modernidade foi pontual no esboço de um “novo velho” projeto de organização social. Justificando a dispersão discursiva da realidade, intento metodologicamente assentado nos jogos de linguagem e promovido pelo desconstrutivismo linguístico²³, a condição pós-moderna foi apresentada como uma astuciosa alternativa à compreensão da realidade social enquanto uma totalidade livre de conflitos e antagonismos, dotada de uma unívoca significação ética e moral.

20 Cf. CAMIC, C.; GROSS, N. Contemporary developments in sociological theory: prospects and conditions of possibility. *Annual Review of Sociology*, Online, n. 24, ago. 1998. Disponível em <<http://www.annualreviews.org/doi/full/10.1146/annurev.soc.24.1.453>>. Acesso em 18/05/2017.; Cf. INTERNACIONAL SOCIAL SCIENCE COUNCIL - ISSC; UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION - UNESCO. *World Social Science Report: Knowledge Divides*. Paris: UNESCO, 2010. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001883/188395e.pdf>>. Acesso em 18/05/2017.

21 BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007, p. 24.

22 Cf. BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

23 Cf. DERRIDA, J. *Gramatologia*. São Paulo: EDUSP, 1973.

Resignando à impossibilidade de superação histórica das democracias liberais sob o capitalismo²⁴, o arrivismo pós-moderno rejeitou, por sua “incredulidade em relação aos metarrelatos”²⁵, a filosofia da história segundo a qual o desenvolvimento histórico e social caminhará em um sentido progressivo de acordo com o desenvolvimento das sociedades. Postulou, assim, em um sentido muito próximo ao que viria se consolidar pelo famigerado fim da história, das ideologias e das lutas de classe²⁶, a pós-modernidade como um contexto histórico em que:

A função narrativa perde seus atores (*functeurs*), os grandes heróis, os grandes perigos, os grandes périplos e o grande objetivo. Ela se dispersa em nuvens de elementos de linguagem narrativos, mas também denotativos, prescritivos, descritivos etc., cada um veiculando consigo validades pragmáticas *sui generis*. Cada um de nós vive em muitas destas encruzilhadas. Não formamos combinações de linguagem necessariamente estáveis, e as propriedades destas por nós formadas não são necessariamente comunicáveis. Assim, nasce uma sociedade que se baseia menos numa antropologia newtoniana (como o estruturalismo ou a teoria dos sistemas) e mais numa pragmática das partículas de linguagem. [...] O critério de operatividade é tecnológico; ele não é pertinente para se julgar o verdadeiro e o justo.²⁷

Caso as teorias sociais pudessem prescindir de sua inerente constituição hermenêutica e tratar o mundo social segundo a mesma lógica dos fenômenos naturais esta posição teria sido, desde a superação da metafísica especulativa, a mais evidente, não havendo então motivos para o debate sobre a diversidade dos significados culturais da modernidade em tempos de crise. A astúcia da condição pós-moderna não está assentada em sua capacidade de demonstrar como as transformações da realidade histórica justificam o fim da modernidade como projeto de civilização. Está, antes, em sua capacidade de reformular o conservadorismo antimodernista com os mesmos ares de rebeldia dos movimentos contraculturais, promulgando “o particularismo em vez do universalismo, o holismo em vez da individualidade, a religião em vez do desencantamento, a autoridade em vez da liberdade, e a estratificação em vez da mobilidade sócio-econômica”²⁸.

24 Cf. ANDERSON, P. *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

25 LYOTARD, J. F. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988, p. XVI.

26 Cf. FUKUYAMA, F. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

27 LYOTARD, J. F. *Op. cit.*, p. XVI-XVII.

28 ROUANET, S. *Mal-estar na modernidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993, p. 13

Oferecendo uma rota de fuga ao enfrentamento das consequências históricas da modernidade social, a pós-modernidade traduziu o ressentimento político de uma geração intelectual que encontrou, no solipsismo desconstrutivista e em sua delirante capacidade de moldar a realidade segundo a simples e pura subjetividade humana, a justificativa para não assumir a possibilidade de existência e a responsabilidade pelo projeto de transformação emancipatória da sociedade:

Fantasiando uma pós-modernidade fictícia, o homem está querendo despedir-se de uma modernidade doente, marcada pelas esperanças traídas, pelas utopias que se realizaram sob a forma de pesadelos, pelos neofundamentalismos mais obscenos, pela razão transformada em poder, pela domesticação das consciências no mundo industrializado e pela tirania política e pela pobreza absoluta nos $\frac{3}{4}$ restantes do gênero humano. Essa é a verdade do pós-moderno. Sua ilusão é a tentativa de reagir às patologias da modernidade através de uma fuga para frente, renunciando a confrontar-se concretamente com os problemas da modernidade. [...] É um caminho que não leva a parte nenhuma.²⁹

É nesta infrutífera e irreflexiva antecipação histórica que reside, contudo, a possibilidade de exercício da crítica, ainda que a razão crítica tenha estagnado imóvel em sua ortodoxia. Evidenciando os descaminhos da modernidade social, a ressentida e pueril projeção do pensamento pós-moderno sobre a realidade histórica revela também a contenção que as forças sociais conservadoras imprimiram ao projeto filosófico da modernidade em prol de sua manutenção:

Essa atitude de rejeição se traduz na convicção de que estamos transitando para um novo paradigma. O desejo de ruptura leva à convicção de que essa ruptura já ocorreu, ou está em vias de ocorrer. Se é assim, o prefixo *pós* tem muito mais o sentido de exorcizar o velho (a modernidade) que de articular o novo (o pós-moderno). O pós-moderno é muito mais a fadiga crepuscular de uma época que parece extinguir-se ingloriamente que o hino de júbilo de amanhã que despontam. À *consciência* pós-moderna não corresponde uma *realidade* pós-moderna. Nesse sentido, ela é um simples mal-estar da modernidade, um sonho da modernidade. É, literalmente, falsa consciência, porque é a consciência de uma ruptura que não houve. Ao mesmo tempo, é também consciência verdadeira, porque alude, de algum modo, às deformações da modernidade.³⁰

29 ROUANET, S. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987, p. 269

30 Ibidem, p. 268-269.

O critério que justifica tanto a proclamação da crise da modernidade quanto o da condição pós-moderna das sociedades na contemporaneidade advém, inegavelmente, de uma mesma conjuntura histórica. A diferença aqui é que, enquanto a primeira consiste em uma constatação analítica advinda da própria racionalidade e reflexividade crítica que a constituiu – apontando para as lacunas de um ideal de modernidade que nunca se realizou –, a segunda advém, antes, de um vácuo produzido pela negação desta possível realização sem a reposição de seus conteúdos normativos e metateóricos. É neste intervalo diferencial entre a realidade empírica e sua compreensão teórica, neste interregno condutivo em que justamente o desconstrutivismo encontrou vazão, que a compreensão do estado de crise civilizacional e teórico-social resguarda seu potencial reconstrutivo em tangência à latente reconstrução da modernidade como um projeto inacabado de sociedade.

3. O projeto crítico-reconstrutivo da modernidade

Do mesmo modo que as tendências desconstrutivistas e suas derivações teóricas ganharam força no escopo da Filosofia e das Ciências Humanas e Sociais, teorias reconstrutivas da modernidade filosófica foram propostas, ainda que com certa inconstância, como contraponto à dispersão da modernidade social. Referenciadas pelo discurso “Modernidade – um projeto inacabado”³¹, diversos intentos de reconstrução dos conteúdos normativos do iluminismo sobre as particularidades históricas da realidade social contemporânea tomaram lugar.

No interior do projeto intelectual habermasiano, o projeto crítico-reconstrutivo balizou, em um movimento contrário ao da totalização reificada das relações sociais, a busca de meios que possibilitassem a produção de consensos simbolicamente mediados³². Reconhecendo os limites das teorias sociais metateoricamente fundamentadas sobre a razão moderna, o modelo teórico-social reconstrutivo teria como objetivo fornecer, como alternativa e em contraposição às deformações instrumentalizadas da racionalidade utilitarista e seus paradigmas analíticos, a repotencialização das perspectivas explicativas e interpretativas de análise social.

31 Cf. HABERMAS, J. Modernidade – um projeto inacabado. In: ARANTES, O. B. F.; ARANTES, P. *Um ponto cego no projeto moderno de Jürgen Habermas*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

32 Cf. HABERMAS, J. *Teoria da ação comunicativa*. 2 Vols. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

Neste modelo metateórico, enquanto a crítica seria expressa por uma dimensão reflexiva, desvelando as restrições colocadas à emancipatória constituição de formas de consciência e de ação individual, a reconstrução compreenderia os aspectos estruturais da formação das individualidades³³. Em convergência, estas diferentes instâncias fundariam um ponto intermediário entre o individualismo atomizante e o holismo generalizante das relações sociais. Enquanto a primeira localizaria, nos anseios subjetivos, os desejos por um mundo alternativo, a segunda diagnosticaria, pelas tensões da realidade social, as mediações pelas quais este mundo poderia ser construído. Combinadas, sintetizariam um modelo de diagnóstico e de prognóstico de tempo capaz de prescrever, por meio de uma análise normativamente orientada, uma práxis empiricamente fundamentada.

Este modelo foi empregado, mais recentemente, na reformulação das questões essenciais colocadas às teorias sociais. Reconstruindo as indagações fundamentais colocadas à antropologia filosófica, o manifesto convivialista subscrito por diversos intelectuais distribuídos por todo o mundo foi categórico ao elencar os problemas que devem fazer parte desta agenda de pesquisa:

A questão moral: O que é permitido aos indivíduos esperar e o que devem eles se proibir? *A questão política:* Quais são as comunidades políticas legítimas? *A questão ecológica:* O que nos é permitido retirar da natureza e o que devemos lhe restituir? *A questão econômica:* Qual quantidade de riqueza material nos é permitido produzir, e como devemos produzir, de modo a sermos coerentes com as respostas dadas às questões moral, política e ecológica?³⁴

Em referência ao manifesto e em alusão à reconstrução metateórica dos potenciais críticos e reflexivos das teorias sociais é que as “ameaças”, “urgências” e “promessas” do presente devem ser consideradas como o plano de enfrentamento ao conjunto de crises que coloca à prova o atual projeto civilizacional. É a partir das respostas possíveis a estas questões que a reconstrução epistêmica e metodológica do quadro teórico-social contemporâneo deve combater as astuciosas tendências desconstrutivistas e conservadoras do antimodernismo, retirando de seus espólios os apontamentos necessários à afirmação de uma metateoria crítica.

33 Cf. HABERMAS, J. *Conhecimento e interesse*. São Paulo: EDUNESP, 2014.

34 LES CONVIVALISTES. *Manifesto convivialista: declaração de interdependência*. Online. Disponível em <<http://www.iecomplex.com.br/eventos/manifesto.pdf>>. Acesso em 10/06/2017.

Referências Bibliográficas

- ALTSCHULER, R. (Org.) *The living legacy of Marx, Durkheim & Weber. Applications and analyses of classical sociological theory by modern social scientists*. New York: G. Knot, 1998.
- ANDERSON, P. *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.
- BECK, U. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Ed. 34, 2011.
- _____.; GIDDENS, A.; LASH, S. *Modernização reflexiva*. São Paulo: UNESP, 1997.
- CAMIC, C.; GROSS, N. Contemporary developments in sociological theory. *Annual Review of Sociology*, Online, n. 24, ago. 1998. Disponível em <<http://www.annualreviews.org/doi/full/10.1146/annurev.soc.24.1.453>>. Acesso em 18/05/2017.
- DERRIDA, J. *Gramatologia*. São Paulo: EDUSP, 1973.
- EPSTEIN, W. Confirmational response bias among social work journals. *Science, Technology & Human Values*. Sage Publications / Online, vol. 15, n. 1, inverno 1990. Disponível em: <<https://www.jstor.org/689902>>. Acesso em 14/05/2017.
- FEEST, U. *Historical perspectives on Erklären and Verstehen*. Berlim: Springer, 2010.
- FUKUYAMA, F. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GIDDENS, A. *Capitalismo e moderna teoria social*. Lisboa: Presença, 1990.
- _____. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- _____. *Teoria social hoje*. São Paulo: UNESP, 2000.
- _____. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- GRAMSCI, A. *Selections from the prison notebooks*. New York: Int. Publishers, 1992.
- HABERMAS, J. Modernidade – um projeto inacabado. In: ARANTES, O. B. F.; ARANTES, P. *Um ponto cego no projeto moderno de Jürgen Habermas*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- _____. *Teoria da ação comunicativa*. 2 Vols. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- _____. *Conhecimento e interesse*. São Paulo: EDUNESP, 2014.

HONNETH, A. *The critique of power*. Cambridge: MIT Press, 1991.

_____. *Pathologies of reason*. New York: Columbia University Press, 2009.

IANNI, O. A crise dos paradigmas na sociologia. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 32, 1991.

INTERNACIONAL SOCIAL SCIENCE COUNCIL - ISSC; UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION - UNESCO. *World Social Science Report: Knowledge Divides*. Paris: UNESCO, 2010. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001883/188395e.pdf>>. Acesso em 18/05/2017.

KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. São Paulo: Editora Nacional, 1964.

_____. *Lógica*. Campinas: UNICAMP, 1998.

_____. *Crítica da razão pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

_____. *Resposta à pergunta: que é o iluminismo?* Lisboa: Edições 70, 2015.

KEUCHEYAN, R. *The left hemisphere: mapping critical theory today*. New York: Verso, 2013.

KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LES CONVIVALISTES. *Manifesto convivialista: declaração de interdependência*. Online. Disponível em <<http://www.iecomplex.com.br/eventos/manifesto.pdf>>. Acesso em 10/06/2017.

LYOTARD, J. F. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

MACINTOSH, Ian. *Classical Sociological Theory: a reader*. Edinburgh: E. V. Press, 2005.

MERTON, R. *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo: Martins Fontes, 1968.

MORRISON, K. *Marx, Durkheim, Weber: formation of modern social thought*. London: Sage, 2006.

RANDALL, C. *Quatro tradições sociológicas*. Petrópolis: Vozes, 2009.

ROUANET, S. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987

_____. *Mal-estar na modernidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

ROYCE, E. *Classical theory and modern society: Marx, Durkheim, Weber*. Lanham: R&L, 2015.